

JORNADA PERNAMBUCANA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO (JoPEC): PROTAGONISMO DE UM ESPAÇO PÚBLICO NA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO¹

Andréa Alice da Cunha Faria (UFRPE, andalice@uol.com.br)

Sonia Maria dos Santos (FETAPE, soniasantos02@hotmail.com)

Resumo

Ao longo do percurso de afirmação da Educação do Campo no Brasil, um momento nos interessa destacar. Ele nos remete ao ano de 2006 quando acontecem Seminários Estaduais em todos os Estados da Federação com o objetivo divulgar as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, aprovadas em 2002, construindo as bases para sua efetivação e fomentando a criação de Comitês ou Fóruns Estaduais de Educação do Campo.

O Comitê Pernambucano de Educação do Campo, desde a sua criação em 2006, vem buscando contribuir para a construção da política estadual de educação do campo. Em dezembro de 2009 tem início uma nova estratégia, com esta mesma finalidade que ficou conhecida por *JoPEC – Jornada Pernambucana de Educação do Campo: pela garantia dos Direitos Humanos*.

À luz dos conceitos de “esfera pública” e “ação comunicativa”, de Jürgen Habermas, o artigo realiza uma descrição analítica da experiência, com foco na opção metodológica da JoPEC. Realiza-se, desta forma, um diálogo introdutório com o debate sobre gestão democrática de políticas públicas no Brasil contemporâneo e sobre o papel das metodologias referenciadas pela Educação Popular em processos de construção coletiva.

Palavras-chave: Educação do Campo – Políticas Públicas – Gestão Democrática

Introdução

A luta pela democratização do Estado Brasileiro é antiga e contemporânea; é local e global; e exige aprofundamento e protagonismo constantes.

A Constituição Federal de 1988 é uma expressão do movimento de redemocratização do País, fruto de intensas pressões internas e também, influenciada por uma concepção liberal que valoriza a democracia e a instituição do Estado Mínimo como indicadores de modernidade. Inseridos e influenciados por este contexto, os constituintes brasileiros escreveram uma Constituição que reafirma o caráter de Federação do País e estabelece um pacto, o Pacto Federativo, fundamentado ideologicamente na descentralização de responsabilidades e recursos e na democratização, instituindo mecanismos de democracia participativa.

¹ O conteúdo deste trabalho é de inteira responsabilidade das autoras.

“Esta ‘Constituição cidadã’² prevê a participação direta dos cidadãos através dos chamados institutos de democracia direta ou semi-direta como o plebiscito, o referendo, a iniciativa popular de lei, as tribunas populares, os conselhos e outros canais institucionais de participação popular” (CARVALHO, 1998: 3).

No entanto, embora avanços históricos possam ser reconhecidos, é a partir desta Constituição que um caminho repleto de novos desafios começa a surgir, pois a prática da participação é um caminho em construção, descontínuo, tensionado por diferentes concepções e interesses. Conforme destaca Carvalho “a participação democrática nas decisões e ações que definem os destinos da sociedade brasileira tem sido duramente conquistada por esta mesma sociedade, de um Estado tradicionalmente privatista, que mantém relações simbióticas e corporativas com grupos privilegiados” (1998: 1).

A participação social entendida como “*processo mediante o qual as diversas camadas sociais têm parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada*” (BORDENAVE, 1986: 25) não compõe, portanto, a práxis da sociedade brasileira, seja por parte do Estado ou da Sociedade; é, conforme afirmado anteriormente, *processo em construção*.

Neste contexto de enfrentamento de desafios, torna-se relevante a reflexão crítica sobre os significados, as possibilidades e limitações destes “canais institucionais de participação popular”, frutos de uma concepção de democracia que articula a democracia representativa com canais de participação direta da população, na busca de uma efetiva partilha do poder de gestão da sociedade.

Partimos do entendimento de que estes “canais institucionais de participação popular” são espaços do “interesse público”, espaços plurais nos quais diferentes segmentos sociais afetos à temática reúnem-se em torno de objetivos comuns.

A análise do conceito de “espaço público” nos remete diretamente à produção intelectual e filosófica do alemão Jürgen Habermas, filósofo da segunda geração da Escola de Frankfurt³. Inserido num contexto de descrença em relação aos processos democráticos, Habermas dedicou-se intensamente a um programa de pesquisa cuja preocupação central era demonstrar em que condições e sob quais pressupostos, a democracia seria possível nas sociedades modernas.

² Assim foi chamada a nova Constituição por Ulisses Guimarães, presidente do Congresso Constituinte.

³ Expressão utilizada para designar um grupo de pensadores vinculados direta ou indiretamente ao Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt, fundado em 1924.

Em síntese, ele descarta tanto a via liberal, ou seja, a da auto-regulação do mercado, quanto a via de fortalecimento do Estado, para solução dos problemas que afligem as sociedades modernas. Para ele, a solução passaria pela criação e/ou fortalecimento de uma *instância intermediária* – denominada *esfera pública* – onde possa ocorrer uma *interação dialogada* entre as esferas da Sociedade Civil, do Mercado e do Estado. Este campo relacional ao assumir forma definida materializa-se então em *espaços públicos*, como conselhos, fóruns, câmaras, comitês, redes, entre outras instâncias.

Segundo Habermas, *“a esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos”*. (...) Esta esfera pública *“se reproduz através do agir comunicativo”* (HABERMAS, 1997: 92).

“A legitimação dos valores – verdade, correção normativa e veracidade –, que toda a ação comunicativa pressupõe, é alcançada (...) pela argumentação em função de princípios reconhecidos e validados pelo grupo. Habermas propõe um modelo ideal de ação comunicativa, em que as pessoas interagem e, através da utilização da linguagem, organizam-se socialmente, buscando o consenso de uma forma livre de toda a coação externa e interna” (GONÇALVES, 99: 133).

Segundo esta concepção, o fortalecimento democrático estaria diretamente relacionado ao funcionamento dos espaços públicos que se proliferam no Brasil a partir da Constituição de 1988 e, conseqüentemente, à ação comunicativa estabelecida em seu cotidiano.

A materialização desta concepção tem revelado enormes desafios. Pesquisas sobre Conselhos mostram que os mesmos têm sido afetados negativamente por uma grande recusa do Estado em partilhar o poder de decisão (TATAGIBA, 2002).

O Comitê Pernambucano de Educação do Campo

O referido Comitê foi instituído em dezembro de 2006 através da Portaria SEDUC⁴ N° 8330, composto por 23 representantes⁵ públicos, movimentos sociais, sindicatos e ONGs com notoriedade na reflexão-ação das questões pertinentes à Educação do Campo.

⁴ Secretaria Estadual de Educação e Cultura, hoje denominada SEE – Secretaria Estadual de Educação

⁵ Por ocasião de sua criação, o Comitê Pernambucano de Educação do Campo foi constituído pelas seguintes instituições: **MEC** – Ministério da Educação; **SEE** – Secretaria de Educação; **CEBFPEC** - Centro de Educação Básica de Formação de Professores das Escolas do Campo; **UNDIME-PE** – União dos Dirigentes Municipais de Educação; **UFPE** – Universidade Federal de Pernambuco; **UFRPE** – Universidade Federal Rural de Pernambuco; **UPE** – Universidade de Pernambuco; **UNICAP** – Universidade Católica de Pernambuco; **INCRA-PE** – Instituto de Colonização e Reforma Agrária; **CEE** – Conselho Estadual de Educação; **RESAB** – Rede de Educação do Semi-árido Brasileiro; **SINTEPE** – Sindicato dos Trabalhadores em Educação

Constituído como um órgão consultivo, deliberativo e executivo, o Comitê Pernambucano de Educação do Campo, em seus primeiros anos de existência, buscou dar continuidade à ação iniciada pelo MEC através dos seminários de divulgação das Diretrizes Operacionais de Educação Básica do Campo, resolução CNE/CEB Nº 1, de Abril de 2002.

Durante o ano de 2007 diversos seminários foram realizados no estado, contribuindo para a compreensão do significado da Educação do Campo em contraponto ao que vinha sendo desenvolvido nas Escolas Rurais. A divulgação das Diretrizes Operacionais foi de grande valia para a afirmação da identidade desta proposta educativa, construída a partir da diversidade dos Povos do Campo.

Destes seminários regionais emergiram proposições para a política estadual de educação do campo, na medida em que as discussões realizadas permitiam ricas reflexões sobre a realidade vivida em cada regional. No entanto, o Comitê não conseguiu mobilizar esforços no sentido de dar vazão e concretude a essas contribuições.

Neste mesmo período, inicia-se a implementação do programa ProJovem Campo/Saberes da Terra, fruto de uma parceria entre SECAD/MEC, SEDUC/Governo do Estado e Movimentos Sociais e Sindicais do Campo. Posteriormente, é intensificado, também pelo Governo Federal, o Programa Escola Ativa enquanto uma proposta de Educação do Campo, o que é prontamente adotado pelo Estado e Municípios.

No âmbito do Comitê, a pauta de discussão da política estadual de educação do campo foi silenciosa e progressivamente sendo ocupada por questões operacionais relacionadas a estes programas.

Esta situação, denunciada e criticada por alguns de seus membros chegou a provocar um esvaziamento significativo deste espaço que se pretendia propositivo na construção e consolidação da política estadual de educação do campo. Após um período de latência, este incômodo encontrou condições objetivas para impingir um papel mais pró-ativo ao Comitê.

O ano era 2009 e o Comitê, visualizando o fim do período de vigência do Plano Estadual de Educação – 2001/2010 pautou a necessidade de construção, inicialmente, de um capítulo sobre Educação do Campo dentro do novo Plano Estadual de Educação. Esta era, aos olhos do Comitê, uma oportunidade concreta para o avanço na construção da política estadual

de Pernambuco; **ASA** – Articulação no Semi-árido Brasileiro; **CAATINGA** – Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições não Governamentais Alternativas; **AMUPE** – Associação Municipalista de Pernambuco; **MST** – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; **CNTE** – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; **SERTA** – Serviço de Tecnologia Alternativa; **CPT** – Comissão Pastoral da Terra; **COPIPE** – Comissão de Professores(as) Indígenas de Pernambuco; **CECQP** – Comissão Estadual das Comunidades Quilombolas de Pernambuco; **FETAPE** – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco; **UNCME** – União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação e **IPA** – Instituto Agrônomo de Pernambuco

de educação do campo. No entanto, a opção metodológica permitiu mais do que isso, conforme será apresentado e discutido adiante.

Por enquanto, cabe dizer que a iniciativa ficou conhecida por *JoPEC – Jornada Pernambucana de Educação do Campo*, tendo por objetivos: 1) Promover debates no Estado sobre Educação do Campo, dando visibilidade à realidade dos povos do campo e às demandas apresentadas pela luta dos Movimentos Sociais; 2) Dar visibilidade às experiências em construção; 3) Apresentar as demandas dos movimentos sociais do campo, os marcos regulatórios e a política de educação do Estado Pernambuco; 4) Estabelecer diretrizes, metas, condições de financiamento, avaliação e controle social da educação do campo, no Plano Estadual de Educação; 5) Apresentar proposições para a institucionalização da Coordenadoria Estadual da Educação do Campo; e 6) Definir um plano de monitoramento da execução das propostas geradas no contexto da Jornada.

A Jornada Pernambucana de Educação do Campo – JoPEC – e sua proposta metodológica

Alguns pressupostos teóricos e metodológicos orientaram a concepção do itinerário pedagógico da JoPEC e relevante se faz explicitá-los neste momento.

Em primeiro lugar, uma concepção de *plano* para além de um documento que apenas materializa o resultado de um processo de planejamento. Compreendemos que a chamada para elaboração de um Plano Estadual de Educação poderia e deveria ser entendida como uma *oportunidade* para construção de acordos, ou seja, de pactos em torno da temática em questão. Assim sendo, o plano em si seria apenas o registro escrito de um acordo vivo, este sim, impresso em mentes e corações. E, portanto, com maiores condições de se expressar em comportamentos e atitudes no sentido de provocar as ações planejadas.

Em segundo lugar, a concepção do papel do Comitê enquanto um agente catalisador e aglutinador de forças para elaboração de propostas da Educação do Campo e não, enquanto uma instância que revestida da prerrogativa das representações institucionais, pudesse ser o palco para estas formulações. Caberia, então ao Comitê, partilhar a percepção da necessidade destas formulações, criando um *círculo virtuoso* capaz de agregar, progressivamente, novos sujeitos em torno deste interesse público. A constatação da fragilidade com a qual a temática da Educação do Campo estava tratada no Plano Estadual de Educação para o período 2001/2010 e a perspectiva de um novo plano foram, neste momento, argumentos factuais

importantes. Nossa aposta foi a de que, ao promover um *círculo virtuoso*, o mesmo gerasse um *movimento* e dele, surgisse a força para sua continuidade e efetivação.

Em terceiro lugar, o reconhecimento da existência de acúmulos na temática, expressos tanto através dos Marcos Regulatórios da Educação do Campo, quanto através de inúmeras experiências que se realizam no cotidiano da educação formal e não formal. O processo deveria evidenciar este acúmulo.

Tendo este universo conceitual por referência, estruturou-se um itinerário pedagógico composto por 3 etapas principais, fortemente inter-relacionadas: um I Seminário Estadual; Seminários Regionais e um II Seminários Estadual segundo a seguinte concepção expressa no projeto elaborado na ocasião:

“O primeiro evento da Jornada (...) será um Seminário Estadual e terá o caráter de lançamento da Jornada Pernambucana pela Garantia do Direito Humano à Educação do Campo. Será este um momento de reflexão sobre acúmulos e desafios, construindo as bases para a realização da segunda etapa da Jornada: os Seminários Regionais.

Os Seminários Regionais têm o caráter de ampliar o alcance da Jornada, criando situações de maior permeabilidade com a realidade concreta vivenciada por aqueles/as que encontram-se envolvidos em práticas educativas de diversas naturezas, no campo pernambucano.

Destes Seminários Regionais sairão representantes (delegados) e propostas a serem apresentadas e consolidadas em um segundo Seminários Estadual” (projeto JoPEC).

Ao lado da concepção esta estratégia metodológica, o Comitê, a partir dos acúmulos e percepções de seus integrantes, opta por tematizar 3 aspectos: Educação como Direito Humano; Concepções de Campo e Marcos Regulatórios da Educação do Campo.

O primeiro deles, com o objetivo de resgatar a concepção expressa nas palavras da professora Edla Soares (2005) ao afirmar que *“Dizemos que uma sociedade é democrática, quando além de eleições, partidos políticos, divisão dos três poderes da república, respeito à vontade da maioria e das minorias, institui algo mais profundo: institui direitos.”*, evidenciando, ao mesmo tempo, que a luta pela educação do campo não se restringe à universalização do direito à Educação, posto que perpassa pelo respeito às diferenças. Portanto ter a educação como direito humano é estabelecer o foco na condição de pertença dos sujeitos às suas comunidades. Isto implica em considerar a especificidade, reconhecendo o diferente sem se efetivar desigualdade. Nas palavras de Boaventura Souza Santos (1997)

“As pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza.”

O segundo tema, o *Campo da Educação do Campo*, buscou trazer à tona a dinâmica do campo, as lutas sociais, as disputas entre diferentes concepções de desenvolvimento, delimitando o cenário no qual se procura afirmar a Educação do Campo. Para tanto, os dados do Censo Agropecuário de 2006 foram amplamente utilizados a fim de evidenciar os projetos em disputa no campo brasileiro.

O terceiro tema, os *Marcos Regulatórios da Educação do Campo* trouxe os subsídios legais, evidenciando conquistas que ainda carecem de implementação a partir da ação de cada sujeito construtor de uma efetiva política estadual de educação do campo. Para tanto, foi produzido uma compilação desde a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) de 1996, até as deliberações da CONAE (Conferência Nacional de Educação), em 2010, a ser distribuída a todos os participantes.

Resultados e Discussão

A seguir, passaremos a descrever a realização da JoPEC, ao mesmo em tempo em que procuraremos discutir alguns de seus significados.

➤ I Seminário Estadual da JoPEC (UFRPE, 10 e 11.12.2009):

- Objetivo Central: articular diversos atores sociais, sensibilizando-os para a necessidade de uma política estadual de educação do campo.
- Público: Gestores Estaduais e Municipais de Educação; Movimentos Sociais; Instituições Públicas.
- Programação sintetizada:
 - Mesa Redonda 1: Educação do Campo como Direito Humano: identidade, caminhada, avanços & desafios
 - Mesa Redonda 2: Sistemas de Ensino, Marcos Regulatórios e Gestão de Políticas Públicas de Educação do Campo
 - Construção de uma estratégia para realização da JoPEC nas regionais (plenária)

Com a presença de 62 municípios pernambucanos e apoio logístico e financeiro do curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas da UFRPE, o I Seminário Estadual foi um passo fundamental para a construção das bases que permitiram a realização da JoPEC. Alguns gestores municipais, sensibilizados pelas discussões ocorridas durante o evento, dispuseram-se a sediar os Seminários Regionais, prontificando-se, inclusive a contribuir financeiramente.

A construção de uma estratégia conjunta para formulação das propostas da Educação do Campo para o Plano Estadual, resultado esperado para este momento, começava a se desenhar. E o *círculo virtuoso* começava a ser criado.

➤ Seminários Regionais da JoPEC:

- Objetivo Central: construir proposições para a política estadual de educação do campo.
- Público: Secretarias Municipais de Educação, Professores (as) que atuam no campo ou coordenadores (as) municipais de Educação do Campo, Escolas Agrotécnicas e de Ensino Profissionalizante e Movimentos Sociais
- Programação sintetizada:
 - Mesa Redonda “*Educação do Campo como Direito Humano: um olhar sobre Pernambuco e as deliberações da CONAE*”
 - Grupos de Trabalho (GTs) para Formulação de bases e proposições para consolidação da Política Estadual de Educação do Campo
 - Plenária de socialização das proposições dos GTs e encaminhamentos para o 2º Seminário Estadual da JoPEC
 - Dia todo: apresentação de experiências em Educação do Campo

Foram realizados 5 seminários regionais, alcançando as diferentes regiões do estado. Participaram 120 dos 185 municípios pernambucanos, envolvendo diretamente cerca de 700 pessoas. Cabe frisar que embora projetos tenham sido elaborados e encaminhados, não se obteve nenhum recurso financeiro através deles. Toda a realização da JoPEC foi viabilizada pelas contribuições das Prefeituras que se sensibilizaram com a proposta e pelas instituições e entidades participantes do Comitê.

Do ponto de vista metodológico, os Seminários Regionais propuseram aos participantes um olhar para a realidade vivida e uma reflexão problematizadora a partir das temáticas trabalhadas na mesa redonda. Estas versaram sobre os aspectos já descritas anteriormente, ou seja, Educação como Direito Humano; Concepções de Campo e Marcos Regulatórios da Educação do Campo. Para subsidiar as reflexões sobre o Campo, foram utilizados dados dos municípios convidados para cada um dos Seminários Regionais. Esta medida buscou trazer à tona informações sobre a realidade na qual os participantes encontram-se efetivamente inseridos.

Do ponto de vista da execução das atividades, observou-se um envolvimento bastante forte de aproximadamente metade das organizações que compõem o Comitê. Este envolvimento pode ser observado não apenas na viabilização material dos Seminários, mas

principalmente, na forma coletiva como foram assumidos os compromissos. A coordenação das mesas e dos grupos de trabalho, as relatorias, o registro fotográfico, apenas para citar alguns, foram assumidos de forma rotativa, sempre a partir de um momento de avaliação e planejamento que precedia cada seminário regional.

➤ II Seminário Estadual da JoPEC:

Projetado para ser o momento de culminância de todo esse processo, até o presente momento (setembro de 2011), o II Seminário não conseguiu ser viabilizado, embora projetos tenham sido elaborados e encaminhados à Secretaria Estadual de Educação com esta finalidade. Esperamos que a nova gestão abrace a proposta e seja possível concluir este rico processo que, embora inconcluso, já gerou resultados significativos diante do desafio da gestão compartilhada de políticas públicas.

Após todo esse trabalho intenso e enriquecedor, alguns avanços e desafios podem ser percebidos (ainda de forma empírica) que, mesmo a título experimental, nos permitem algumas discussões:

- Mobilização dos sujeitos envolvidos com a Educação do Campo no estado em torno da construção da política estadual de educação:

Os 5 Seminários Regionais e o I Seminário Estadual, segundo depoimentos, tiveram o significado de “manter acesa a discussão da Educação do Campo” para além da execução dos programas, evidenciando a necessidade de ações efetivas junto à rede regular de ensino e em parceria com os municípios. Em audiência com o novo Secretário de Educação do Estado, o Comitê pode constatar, em suas palavras, que a reivindicação por uma política estadual de educação do campo havia sido uma temática recorrente nas audiências⁶ que o Governo do Estado recentemente realizou a fim de elaborar democraticamente o seu novo PPA - Plano Plurianual. Acreditamos que a JoPEC também tenha contribuído para tal.

O grande desafio relacionado a esta mobilização refere-se ao distanciamento do momento de realização do último Seminário Regional (outubro de 2010). Quando finalmente forem viabilizados os recursos financeiros para o II Seminário Estadual, qual será a força desta mobilização, após 1 ano ou mais?

- Divulgação dos Marcos Regulatórios

Ao oportunizar a discussão acerca dos marcos regulatórios já alcançados para consolidação da política estadual de educação do campo, foi constatado o grande

⁶ Esta série de audiências ficou conhecida como “Todos por Pernambuco”

desconhecimento em relação aos mesmos. Esta percepção revela o quanto as conquistas obtidas na esfera federal não conseguem estender-se facilmente para os Estados e ainda mais, para os municípios. Torna-se, portanto, de extrema importância iniciativas desta natureza que envolvam não apenas os/as professores/as, mas também e talvez até, principalmente, os gestores da educação no Estado e Municípios.

- Fortalecimento do Comitê:

Ousamos supor que aqui esteja, até o momento, o grande avanço possibilitado pela realização da JoPEC. Observa-se, ainda de forma subjetiva, uma ampliação da capacidade de diálogo entre os diferentes segmentos representados no Comitê e, conseqüentemente, um fortalecimento na sua capacidade de realização. Alguns indícios podem ilustrar esta percepção:

- Constituído desde 2006, o Comitê funcionava de forma ainda pouco institucionalizada, sem um Regimento Interno e nem mesmo o registro de suas reuniões em ata. Neste ano, pautou-se esta necessidade e foi construído, de forma bastante dialogada, seu Regimento Interno que encontra-se pronto para publicação em Diário Oficial. As atas estão sendo elaboradas, sempre de forma rotativa entre seus membros. Adotou-se a sistemática de, a cada início de reunião, definir coordenação e relatoria.

- Em julho/2011 reestruturou-se a Coordenação Pedagógica do ProJovem/ Campo, o que certamente contribuirá não apenas para um melhor funcionamento do referido programa, como também para resgatar o papel do Comitê, retirando de sua pauta as questões administrativas relacionadas a execução de programas.

- Reconhecimento, por parte da sociedade política e civil, do Comitê como espaço público que tem um papel importante na construção da política estadual de educação do campo. Este reconhecimento pode ser expresso pela resposta positiva ao chamamento do Comitê para uma audiência sobre a situação dos cursos de licenciatura em educação do campo (vinculados ao PROCAMPO⁷). A referida audiência aconteceu no último dia 05/09/2011 e contou com a presença de 2 Secretários de Estado (da Educação e da Ciência e Tecnologia); 01 Deputado Federal e 02 Deputados Estaduais, além das Autarquias e Universidades executoras do Programa que estiveram presentes com estudantes e professores. Como resultado, uma audiência junto ao MEC está sendo articulada.

⁷ Este programa, denominado PROCAMPO (O Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo) lançou editais para constituição de cursos regulares licenciaturas em educação do campo, em todo o País e, no momento, ocorrem problemas na liberação dos recursos financeiros. Conseqüentemente, os cursos estão parados; em alguns casos, há mais de 1 semestre.

- Outro indício de fortalecimento do Comitê pode ser percebido internamente, pela iniciativa em relação às reuniões. Sendo este ano de 2011 um ano de início de uma nova gestão no Governo do Estado, a Secretaria Estadual de Educação, assim como outras, passou por modificações em sua estrutura e funcionamento. Isso gerou uma descontinuidade nas reuniões do Comitê, que regularmente vinham sendo convocadas pela Secretaria Estadual de Educação. Diante disso, alguns de seus membros tomaram a iniciativa da convocação, o que viabilizou a retomada da dinâmica de reuniões mensais a partir do me de abril/2011.

Considerações Finais

A gestão compartilhada, elemento integrante da democracia que se pretende em construção no Brasil, é um desafio.

O fortalecimento de espaços públicos e de uma esfera comunicativa é um dos caminhos de aposta daqueles que buscam o aperfeiçoamento democrático.

A JoPEC foi resultado de uma ação comunicativa através da qual diferentes visões colocaram-se em diálogo. Havia algo em comum a ser construído; algo materializado, concreto, com data, custos, etc. Concretamente, havia um espaço de interação. E as interações ocorridas neste espaço fizeram emergir uma capacidade de ação acima da de qualquer uma das partes. É claro para os envolvidos na JoPEC que nenhuma das organizações isoladamente conseguiria realizar algo de tamanha abrangência e qualidade, ainda mais, sem recursos financeiros garantidos.

O grande recurso que viabilizou a JoPEC foi justamente a ação comunicativa entre os membros do Comitê. A conjunção de forças, de argumentos, não apenas viabilizou as condições objetivas. Além de viabilizá-las, gerou um movimento plural, onde o interesse público esteve permanentemente evidenciado. Cada mesa era coordenada por diferentes segmentos. Não havia uma identidade exclusiva ou sobressalente; havia uma identidade coletiva e, conseqüentemente, aberta e desejosa da pluralidade de visões e opiniões.

Os conteúdos trabalhados durante a JoPEC, a exemplo das temáticas de Direitos Humanos, Concepções de Campo e os Marcos Regulatórios da Educação do Campo também contribuíram para constituição desta esfera comunicativa. Ao tematizar esses assuntos, diferentes concepções foram colocadas em diálogo, permitindo o acesso ao pensamento um do outro, trazendo a concordância, a discordância, ou o complemento, enfim, o aperfeiçoamento a partir da soma (não linear) das diferentes visões.

Neste caminhar, uma identidade foi emergindo, uma identidade da qual nenhuma das partes tinha conhecimento, uma identidade coletiva, diferente de qualquer uma das partes.

Percebe-se claramente avanços no grau de institucionalização do Comitê.

Podemos observar também que a metodologia foi bem sucedida, ao apostar na criação de um “círculo virtuoso”, um *continuum*. Ou seja, um processo que se retro-alimenta, pois se insere em um contexto pré-existente a ele próprio.

As concepções de Educação Popular permeiam toda a estratégia, pois ela é parte constitutiva da prática dos sujeitos que conceberam e realizaram a JoPEC. Podemos evidenciá-la através de diferentes aspectos, como a *tematização* da própria realidade vivida e a *problematização* que busca estimular a inserção crítica e consciente dos sujeitos. Não se pretendia, como dito no início deste artigo, a produção simplesmente de um texto escrito, chamado de “plano”, mas principalmente, a construção de um acordo em torno das ações possíveis e necessárias para afirmação da educação do campo no estado de Pernambuco.

A experiência, ainda em andamento, indica a necessidade de aprofundar a discussão sobre o quanto processos como o da JoPEC, com fortes características pedagógicas da Educação Popular podem contribuir para o estabelecimento de uma esfera comunicativa que, por sua vez, possa levar ao fortalecimento de espaços públicos e da nossa democracia.

Referências

- BORDENAVE, Juan E. D. **O que é participação**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CARVALHO, M. C. **Participação Social no Brasil**. Paper n° 2. São Paulo: Pólis, 1998.
- HABERMAS, J. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**, volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- SANTOS, B. S. **Por uma Concepção Multicultural de Direitos Humanos**. Revista de Ciências Sociais, n° 48. Coimbra, Portugal, 1997. Disponível em www.ces.uc.pt, acesso em 10/09/2011.
- SOARES, E. A. L. **Curso de Capacitação de Dirigentes e Monitores/as do Projeto de Capacitação em Desenvolvimento Territorial Sustentável com ênfase na Educação do Campo**. Brasília: CONTAG, 2005. Disponível em www.contag.org.br, acesso em 10/09/2011.
- TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (org.) **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 47-103.